

AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: COMO INCLUIR?

Marília Maria de Jesus Queiroz¹; Francisco Leonardo da Costa²; Iana Fernandes Caldas³.

Estudante de Psicologia na Faculdade Evolução (Pau dos Ferros-RN); marilia.j.queiroz@gmail.com⁽¹⁾

Estudante de Psicologia na Faculdade Evolução (Pau dos Ferros-RN); fcoleonardo2011@hotmail.com⁽²⁾

Professora de Psicologia na Faculdade Evolução (Pau dos Ferros-RN); iana_psicologia@hotmail.com⁽³⁾

Resumo: A escola enfrenta grandes problemas quando o assunto é inclusão, sobretudo quando se trata do transtorno de espectro autista – TEA. Um tema que, embora esteja sendo muito discutido atualmente, há pouco consenso científico sobre a origem e desenvolvimento do transtorno, desse modo, muitos professores sentem-se dificuldade em lidar com este tipo de demanda. É possível incluir? Que metodologia utilizar? A partir da relevância do tema, a presente pesquisa tem por objetivo refletir sobre os modos de inclusão de criança autista na educação infantil, tendo em vista que é o primeiro contato da criança com este novo ambiente e o professor precisa estar preparado para trabalhar com essas crianças. Buscando desenvolver suas potencialidades, e se possível atenuar suas dificuldades. A pesquisa é de caráter qualitativo e bibliográfico, utilizando da análise de artigos e livros com relevância na área que permitem a discussão e reflexão acerca do tema. Diante do levantamento da pesquisa, foi possível compreender a ineficácia do sistema educacional em atender a criança com autismo. As metodologias são tradicionais e continuam voltadas para um tipo de público, dificultando não apenas a inserção, mas também a elaboração de um trabalho individualizado que permita não apenas a inclusão, mas, principalmente, o desenvolvimento dessas crianças na educação. A escola, precisa reinventar-se e a comunidade pedagógica necessita de mais capacitação e recursos para desenvolver atividades transformadoras. Assim sendo, é necessário um esforço conjunto para que crianças com TEA possam ser incluídas no espaço escolar, é preciso o apoio da família de uma equipe interdisciplinar, e do investimento do próprio Estado na comunidade pedagógica.

Palavras-chave: Autismo, inclusão, educação infantil.

Abstract: The school faces big problems when the subject is inclusion, especially when it is about the autism spectrum disorder – ASD. A topic, although it is currently being largely discussed, there is little scientific consensus about the origin and development of the disorder, thus, a lot of teachers feel difficult dealing with this kind of demand. Is possible to include? Which methodology use? Starting from the topic relevance, this research has as an objective think over about the methods of autistic kid inclusion in the child education, in view that is the first contact of this child with this new environment and the teacher must be ready to work with those children. Looking to develop, and if possible to attenuate they difficulties. The research is qualitative and bibliographical, using analyses of paper and books relevant to the area that allow the discussion and reflection about the topic. In face of the research levy, was possible to comprehend the inefficiency of the educational system to attend the autistic child. The methodology are traditional and keep directed to one kind of public, making hard not only the insertion, but also the elaboration of an individualized work that allows not only the inclusion, but, principally, the development of those children in the education. The school, needs to reinvent itself and the pedagogical community need more capacitation and resources to develop transformers activity. Therefore, is necessary a joint effort for the children with ASD can be included in the scholar space, and is needed the family support of an interdisciplinary, and the investment from the state itself in the pedagogical community.

Keywords: Autism, inclusion, child education.

INTRODUÇÃO

A proposta de trabalho pedagógico tem sido modificada, ao longo dos anos vem se reinventando com o objetivo de atender uma demanda cada vez mais pluralizada. A inclusão de metodologias ativas, inserção de tecnologias e a reorganização de conteúdos têm sido uma necessidade vigente, tendo em vista que o ambiente escolar é composto, em sua maioria, pelo novo, pelo diferente. Essa questão diz respeito a sexo, raça, classe social, transtornos e deficiências.

Dentre as dificuldades de inclusão que a comunidade escolar enfrenta atualmente, sobretudo na educação infantil, está transtorno de espectro autista - TEA. Isso acontece, porque não há ainda um consenso científico completamente fechado sobre a origem do transtorno, havendo ainda pouco conhecimento sobre os modos de trabalhar com essas crianças. Embora seja possível identificar precocemente, é comum que alguns pais só percebam o transtorno quando a criança inicia a vida escolar, quando acontece uma identificação de algum professor responsável. A inclusão além de possível, é um direito da criança e dever o Estado, desse modo é importante que a escola esteja atenta sobre as discussões sobre o transtorno, bem como sobre as alternativas que permitem um trabalho crítico, criativo e transformador para essas crianças.

Há um grande desconhecimento de pais e professores em compreender quais são os modos desenvolver/aperfeiçoar as potencialidades de crianças que apresentam o TEA, quais profissionais procurar e, o mais importante, que metodologia utilizar para incluí-las na escola regular. Desse modo, a presente pesquisa tem por objetivo compreender quais as dificuldades que a comunidade pedagógica enfrenta e quais são suas alternativas para incluir crianças com esse tipo de transtorno na educação infantil, já que é o primeiro contato delas com outro ambiente e outras pessoas. Havendo a necessidade de um trabalho multi/interdisciplinar com materiais, estrutura e recursos que permitam à essas crianças desenvolver-se.

METODOLOGIA

A pesquisa é de natureza qualitativa e bibliográfica, que de acordo com Gil (2008), trata-se de uma investigação desenvolvida sobre material científico (livros e artigos) já elaborados, utilizando-se da técnica de análise de conteúdo. A coleta de dados objetivou sobre esclarecer e discutir conceitos relativos ao objeto de estudo, bem como apresentar dados que permitem a fidedignidade da pesquisa. Tomou-se por base de análise, produções que debatem sobre a discussão de inclusão de crianças com autismo na

educação infantil, como Cunha (2012), Camargo (2012), Sanini e Bosa (2015), Mantoan (2004) e Lemos, Salomão e Agripino (2014). Refletindo sobre alternativas e dificuldades que a comunidade pedagógica pode encontrar em um ambiente cada vez mais diversificado.

A discussão busca, inicialmente, compreender sobre o transtorno de espectro autista, quais os principais sintomas, origem e desenvolvimento e posteriormente busca-se discutir sobre a inclusão de crianças autistas apresentando as dificuldades e alternativas nesse percurso da educação especial.

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Ainda há uma dificuldade em diagnosticar e verificar sobre surgimento e desenvolvimento do transtorno de espectro autista – TEA, embora as produções na área estejam cada vez mais avançadas. De acordo com Cunha (2012), o autismo pode ser proveniente ou de causas genéticas ou por uma síndrome que pode impactar a criança no decorrer do desenvolvimento, e, embora seja possível reconhecer o transtorno precocemente, o diagnóstico, por vezes, é dificultado por conta da instabilidade que algum espectro pode apresentar, ou seja, há uma grande variação e manifestações entre os sintomas. É necessária uma análise detalhada sobre cada caso. O termo autismo foi definido pela primeira vez em 1911 pelo psiquiatra suíço E. Bleuler, que provém do grego *autós* que designa “si mesmo”.

Para Camargo (2012), os obstáculos de uma criança que apresenta o TEA estão relacionados às dificuldades com habilidade social, sobretudo quando a relação exige uma reciprocidade; comunicação escassa (quando se têm); e por fim a presença de comportamentos repetitivos e/ou estereotipados principalmente quando presencia algum episódio que lhe parece interessante. Dentre todas essas questões, a incapacidade de interagir ou reagir a manifestações afetivas é o que mais dificulta a inclusão dessas crianças seja na escola, projetos extracurriculares ou até mesmo na própria família.

A partir da perspectiva da interação social dos estudiosos da linguagem, Garton (1992) pontua a importância do ambiente interpessoal para a aquisição de habilidades comunicativas, ressaltando o suporte do adulto, uma vez que, sensível às necessidades conversacionais da criança, é capaz de adequar suas contribuições às capacidades dessa última, ou seja, o adulto adapta seu comportamento comunicativo para obter respostas das crianças. Nesta mesma linha de pesquisa, são estudados aspectos facilitadores da fala dirigida à criança, os estilos de fala materna (diretivos, informações e feedbacks, por exemplo), os quais podem expressar uma ampla variedade de intenções comunicativas e funções nas trocas linguísticas. (LEMOS, SALOMÃO E RAMOS, 2014, p. 118).

Tendo em vista que somos seres, em essência, completamente sociáveis e que o contato com o outro nos permite aprender a realizar tarefas, comunicar-se e ainda desenvolver habilidades, o autista sofre mais prejuízos em todas essas áreas. Daí a grande dificuldade em incluí-los na escola regular, já que é necessária uma metodologia voltada para as suas necessidades, buscando promover suas potencialidades. É importante estar atento a sintomatologia e ao espectro.

Cunha (2012) sinaliza que a partir dos primeiros meses de vida é possível perceber questões relacionadas ao transtorno, ficando mais claro a partir dos três anos de idade; a criança geralmente apresenta sinais sociais, emocionais e comunicativos insuficientes, normalmente não apresenta nenhuma empatia, os gestos, em sua maioria, também são poucos pois a criança não atribui nenhum valor simbólico ou emocional ao objeto, e além disso para ter acesso a algo que lhe chame atenção, utiliza-se de terceiros para obter o quer. Outra questão que deve ser considerada, é o fato da linguagem ser entendida sempre em seu sentido literal, a criança não consegue fazer associações às metáforas e/ou atribuir simbologia do conteúdo da fala.

É importante estar atento à gravidade da síndrome do autismo, os casos podem variar entre: convulsões (em espectro mais grave), birras, hiperatividade física, calma excessiva, sensibilidade a barulhos, não aceitar mudança na rotina, ecolalias, compulsão, não manter contato visual, resistência ao aprendizado e ao contato físico (CUNHA, 2012, p. 29).

A atuação multiprofissional e interdisciplinar junto à família é essencial para promover o desenvolvimento cognitivo, social e afetivo da criança. Para o professor, essa tarefa torna-se ainda mais difícil, pois precisa readaptar metodologias que possibilitem à criança participar do convívio escolar, bem como, adquirir conhecimentos e conteúdos, para tanto, a capacitação do corpo docente é primordial nesse processo, pois só assim a comunidade pedagógica conseguirá reconhecer e atender as necessidades de cada sujeito.

ALTERNATIVAS DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A inclusão de estudantes com qualquer tipo de deficiência na escola é um direito, contudo nunca foi uma tarefa fácil. Embora o ambiente escolar seja o lugar de (re)conhecer e aprender sobre o diferente, é comum haver práticas excludentes e segregativas, simplesmente pelo fato de não entender o que é a diferença, como lidar, e o mais importante, como aprender com ela. O autismo tem sido um grande desafio para a comunidade pedagógica, pois antes inserir qualquer atividade que possa melhorar os aspectos

cognitivos, a comunicação ou a escrita, é preciso estabelecer uma relação, fazer com que a criança tenha interesse em interagir e a partir de então pensar em uma prática inovadora e individualizada. Em decorrência das novas demandas de inserção do TEA nas salas de aula, começam a surgir leis que garantem a sua permanência de forma igualitária.

A Convenção na Guatemala de 28 de maio de 1999 que foi ratificada no Brasil em 08 de outubro de 2001 por meio do Decreto nº 3.956, a Declaração de Salamanca de 1994, o Decreto nº -7.611 de 17 de novembro de 2011, são documentos que garantem ao estudante com qualquer tipo de deficiência o direito à educação e cabe a escola incluí-lo ao ambiente, às atividades, restringindo qualquer prática que tenha valor discriminatório.

O termo "discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência" significa toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, antecedente de deficiência, consequência de deficiência anterior ou percepção de deficiência presente ou passada, que tenha o efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais (DECRETO nº 3.956, 2001).

O exercício da inclusão não acontece apenas dentro da escola, com a própria comunidade, também é dever do Estado prover infraestrutura, materiais, capacitações e recursos que permitam aos profissionais de educação desenvolver novas metodologias e atividades para lidar com a diversidade. De acordo com o art. 5 Decreto nº -7.611:

A União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, Municípios e Distrito Federal, e a instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou super dotação, matriculados na rede pública de ensino regular (DECRETO nº 7.611, 2011).

A educação inclusiva, requer do professor um constante reinventar-se, e para que isto seja possível, é importante conhecer sua demanda. A criança com autismo, por vezes, é entendida apenas um ser antissocial, que evita afetos e que “tem um mundo próprio” esse tipo de crença dificulta a relação aluno x professor. É preciso que se reconheça a necessidade que permeia o transtorno e que se trabalhe sobre elas. Como já foi citado, no autismo não há um padrão, por isso adotou-se a nomenclatura de transtorno de espectro autista, por se entender que as limitações acontecerão de acordo com a gravidade do espectro. E é conhecendo essa realidade que o professor, família e demais profissionais devem trabalhar.

Para Sanini e Bosa (2015), a inclusão que o professor pode ou não possibilitar as pessoas com necessidades especiais, irá depender da sua formação, das políticas de inclusão, sua concepção sobre deficiência e também da relação que se propõe a estabelecer com o estudante com autismo. Todos estes fatores irão propiciar e/ou diferenciar uma prática mais comprometida, daí a importância de se investir cada vez mais na capacitação profissional, em metodologias ativas e equipe interdisciplinar, pois o saber não se reproduz, mas se constrói.

A escola tem um valor imensurável para crianças autistas, pois é lá que se estabelece contato com outras crianças, com situações desafiadoras e com um ambiente que lhe permitirá estabelecer novas relações, e com a mediação do professor esses processos se tornam mais simples. A diferença é sempre importante, seja para o autista que sai da rotina, para as outras crianças que aprendem sobre inclusão, seja para o professor que aprende a transformar a prática e o ensino em projetos mais interessantes e criativos (LEMOS, SALOMÃO E RAMOS, 2014, p. 119).

Nesse sentido o aprendizado é mútuo e gratificante para ambos os lados, segundo Cunha (2012):

É normal a criança autista sentir-se desconfortável e intimidada em um ambiente novo, como o da escola. É normal buscar apoio nas coisas ou nos movimentos que a atraem, mantendo-se concentrada neles, esquecendo de todo o resto. É normal o medo e a raiva ganharem proporções traumáticas. O professor precisa aprender a se relacionar com a realidade do mundo autístico. Nessa relação, quem aprende primeiro é o professor e quem vai ensinar-lhe é o seu aluno (CUNHA, 2012, p. 33).

A inclusão parte sempre do princípio da mudança, de compreender a diversidade não como um problema, mas como uma oportunidade de aprender, inovar e produzir novos saberes. Contudo a pedagogia e os currículos dos professores ainda não conseguiram as mudanças da era contemporânea que tem como pressuposto desmitificar práticas tradicionais, segregativas e fechadas à um único conceito. A necessidade de se investir na prática e na capacitação do professor é vigente, é importante uma readequação da estrutura escolar, sair do tecnicismo e partir para novas competências e tecnologias que priorizem essa construção.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante das discussões, fica claro a complexidade de inclusão de crianças com autismo na educação infantil, sobretudo porque o professor não dispõe de técnicas para manejar as situações no cotidiano escolar. A educação infantil, principalmente, dispõe de questões próprias como por exemplo, ser o primeiro contato da criança com esse tipo de

ambiente e mais uma vez o professor precisa estar preparado para estas situações, para isso, Cunha (2012) propõe:

O trabalho na escola estabelece impreterivelmente a ação. A ação move os corações bem mais do que as teorias. Não se constroem os movimentos de aprendizagem somente com a qualidade das nossas ideias, mas, principalmente, com o valor das nossas ações. O quadro de autismo impõe que toda a avaliação psicopedagógica seja uma ação e uma pesquisa sobre o indivíduo, com pertinência na sua história biológica, familiar e social; seu amor, seus desejos, suas necessidades, utilizando os instrumentos teóricos e práticos, onde a observação é uma bússola na condução de todo processo (CUNHA, 2012, p. 52)

Mesmo com todas as mudanças que atravessam a escola atualmente, ainda se encontra um ensino engessado, baseado práticas tradicionais e por vezes obsoletas, principalmente no que diz respeito a inclusão crianças com algum tipo de transtorno, pois ainda há a compreensão de que pouco se tem a contribuir.

Mantoan (2004), explica a dificuldade das escolas em se reinventarem, produzir novas metodologias que permitam ao estudante ser mais participativo e construtor de seu saber. A autora resgata questões relacionadas ainda a soberania do professor em sala, que pouco preza novos modos de fazer e quando não se tem abertura, a inclusão pode estar ameaçada já que este processo depende, em grande parte, da inovação e da problematização do que é deficiência, dos novos modos de fazer, novas metas e novos aprendizados. É uma reestruturação que deve acontecer para além do saber técnico, deve-se priorizar o senso crítico do estudante.

CONCLUSÕES

O presente trabalho teve por objetivo problematizar a inclusão de crianças com transtorno de espectro autista na educação infantil. Refletindo sobre a dificuldade pedagógica em incluí-los diante da estrutura da escola tradicional, com a capacitação ainda insatisfatória do professor, havendo o desconhecimento sobre o modo de introduzir novas práticas de ensino que visem inserir essas crianças no contexto, atribuindo-lhes a capacidade de desenvolver-se para muito além do transtorno.

Com isso a pesquisa permitiu reflexões acerca do transtorno, permitindo o esclarecimento sobre a complexidade da sintomatologia, possibilitou ainda uma reflexão crítica do papel do professor e da escola diante desses processos, tendo em vista que é um direito assegurado por Lei e que o Estado dispõe de investimentos para área. Com isso cabe à comunidade pedagógica investir-se de novas metodologias que

estejam de acordo com a proposta da diversidade, dialogando com a diferença, propondo novos direcionamentos para a educação inclusiva. Desse modo, pode conceder à criança maior protagonismo através de uma prática mais ativa, ou seja, o professor deve trabalhar por meio de viés que priorize a participação, assim, é possível que o estudante se sinta mais seguro para produzir junto aos demais, seu próprio saber. Com isso o ganho será mútuo, pois aos poucos a criança com TEA desenvolverá capacidades que lhe permitirão fazer parte de um ambiente diversificado, criativo e, sobretudo, inclusivo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (2001). Decreto nº 3.956, de 08 de outubro de 2001. **Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.** Lex.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18 nov. 2011.

CAMARGO, S. P. H.; BOSA, C. A. **Competência social, inclusão escolar e autismo:** um estudo de caso comparativo. *Psic.: Teor. e Pesq.*, Brasília, v. 28, n. 3, p. 315-324, Set. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722012000300007&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 01 Sep. 2017.

CUNHA, E. **Autismo e inclusão:** psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família. 6 ed. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2012.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994, Salamanca-Espanha.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LEMONS, E. L. M. D.; SALOMÃO, N. M. R.; AGRIPINO-RAMOS, C. S. **Inclusão de crianças autistas:** um estudo sobre interações sociais no contexto escolar. *Revista Brasileira de Educação Especial*, [s.l.], v. 20, n. 1, p.117-130, mar. 2014. Fap UNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382014000100009>. Acessado em 31 de agos. 2017

MANTOAN, M. T. E. **O direito de ser, sendo diferente, na escola.** *Revista CEJ*. V. 8 n. 26 jul./set. 2004. Disponível em: <<http://www.cjf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/viewArticle/622>>. Acessado em 29 de agos. 2017.

SANINI, C.; BOSA, C. A. **Autismo e inclusão na educação infantil:** Crenças e autoeficácia da educadora. *Estud. psicol. (Natal)*, Natal, v. 20, n. 3, p. 173-183, Set. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2015000300173&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 26 agos. 2017.